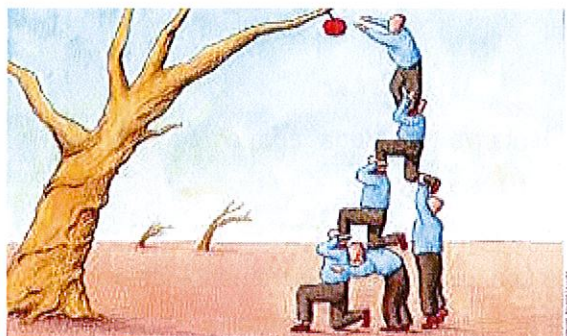


RELATÓRIO DE ACTIVIDADES - 2014



"Enquanto houver vontade de lutar, haverá esperança de vencer"

Santo Agostinho

1. Introdução

Tentar elaborar o Relatório de Actividades, de uma forma objectiva, clara e sucinta nos tempos que correm, torna-se uma tarefa quase hercúlea já que, ao tentarmos relembrar o que de mais produtivo se realizou, vêm-nos prioritariamente à cabeça as lutas, os esforços, as diligências sem fim que tivemos de levar a cabo junto das instituições parceiras e dos usufrutuários dos nossos serviços para conseguirmos atingir os objectivos que nos propusemos ao delinear o Plano de Actividades para 2014.

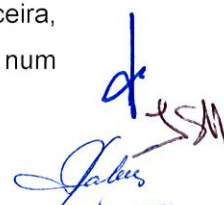
Com efeito, o ano de 2014 constituiu-se como mais um ano de crise onde as medidas de contenção de custos continuaram a ser implementadas com todo o rigor. A dignidade das pessoas e da nossa instituição não nos deixou desanimar e, por isso, passo a passo, continuámos a formação, a conquista da autonomia e a verdadeira inclusão social dos que de nós dependem.

Lutando contra o forte desemprego que continua a grassar entre os nossos inquilinos ou entre os encarregados de educação das crianças dos nossos equipamentos educativos, temos conseguido manter um equilíbrio e um grau de cumprimento satisfatórios por parte de todos eles e que, de facto, nos vão alimentando a tal "vontade de lutar", geradora da "esperança de vencer" a que se refere Santo Agostinho. Todos ansiamos que essa esperança nos alimente na luta pela concretização de objectivos estabelecidos, evitando o dispêndio de energias em diligências desgastadoras de ideais e desmotivadoras de esforços e conquistas.

2. O nosso rumo e identidade – o apoio social

2.1. O arrendamento social

Neste momento, a NHC (Social) é responsável pela gestão – administrativa, financeira, patrimonial e social – de 4 bairros sociais, englobando 271 fogos, outras tantas famílias, num



universo que engloba cerca de 1 000 pessoas. A gestão deste universo complexo de situações exige um conhecimento profundo das pessoas e das problemáticas inerentes, facto que obriga a um planeamento rigoroso das acções a implementar por forma a conciliar as aspirações de melhoria das condições de vida das pessoas com o equilíbrio orçamental necessário à sobrevivência da organização.

Foi assim que:

- ✓ Não se actualizaram rendas em 2014, numa tentativa de ajuda aos agregados familiares, fustigados pelo desemprego em tempos de crise;
- ✓ Foram cumpridas **visitas regulares** (e em dias fixos da semana) a todos os bairros;
- ✓ Continuou a privilegiar-se a relação de proximidade com os inquilinos, incrementando o número de **visitas domiciliárias**, visando a ultrapassagem dos constrangimentos detectados;
- ✓ Se manteve a **rede de parceiros** com quem trabalhamos numa relação de confiança e que tanto nos tem ajudado a ultrapassar as necessidades individuais e colectivas dos agregados familiares;
- ✓ Se reforçou o controle do **cumprimento de regras e obrigações**, nomeadamente no que ao pagamento atempado das rendas e encargos com as habitações diz respeito;
- ✓ Se fomentou a **educação, a formação e a empregabilidade** dos moradores;
- ✓ Se verificou a existência de **condições mínimas de habitabilidade dos fogos** e se envolveram as pessoas na realização das obras necessárias tendo em vista a consecução deste objectivo, ao mesmo tempo que se sensibilizaram para a educação, para a segurança e para a saúde;
- ✓ Se continuou a apoiar a existência de **condomínios** com o intuito de reforçar a organização, a coexistência pacífica entre moradores e a procura colectiva de soluções para os problemas detectados (a NHC (Social) é, neste momento a gestora dos condomínios);
- ✓ Se manteve a ajuda da NHC (Social) aos orçamentos das famílias através da entrega de produtos de higiene e limpeza, de roupas e calçado, de brinquedos e de material escolar, conseguidos por meio da parceria com o Banco de Bens Doados (Entrajuda);
- ✓ Se **alargou o âmbito das valências** oferecidas, tendo em mente a criação de respostas eficazes e eficientes.

2.2 Outras medidas

Com a necessidade de um apertado controlo orçamental como pano de fundo, foi-nos possível fazer uma gestão mais cuidada dos recursos, tendo em mente os seguintes aspectos fundamentais:

- ✓ Uma planificação mais rigorosa e eficaz das tarefas administrativas e burocráticas desempenhadas pelo Departamento de Intervenção Social;

- ✓ Um mais apertado controlo dos arrendatários no sentido do pagamento atempado das rendas e recuperação do maior número possível dos valores em dívida;
- ✓ O cumprimento com as responsabilidades financeiras junto do IHRU relativas ao empréstimo concedido para a reabilitação do Bairro Sá Carneiro;
- ✓ A gestão eficiente dos condomínios;
- ✓ O reforço das diligências junto do IHRU para se conseguir financiamento para a reabilitação do Bairro do Pinhal da Vila;
- ✓ A candidatura a projectos que possam aportar mais fundos que nos ajudem a cumprir o nosso plano de intervenção social (Projectos Educativos da C. M. Loures; banco Alimentar, Entrajuda...);
- ✓ A integração do Projecto "Inserir com Escolhas", desempenhando as funções de Entidade Gestora. Em Dezembro de 2013 pedimos a nossa demissão das funções de entidade gestora (permanecendo, embora, como membros do consórcio), em consequência das perturbações contabilísticas que o financiamento irregular do Projecto provocava por pagamentos fora de prazo aos trabalhadores contratados para nele prestarem serviço. Como não havia no Consórcio outra entidade que nos pudesse substituir, optámos por continuar a desempenhar as funções para não comprometer todo o projecto;
- ✓ A adopção de uma nova política de reabilitação de fogos, através da contratualização de um determinado número de meses de carência (determinados e acordados com o novo arrendatário pelos serviços técnicos da cooperativa) em troca da execução das obras necessárias;
- ✓ A responsabilização dos moradores pela manutenção, em bom estado, do fogo que habitam. Pequenas reparações como a troca de uma torneira, a substituição de uma lâmpada ou a pintura interior da casa serão da responsabilidade dos moradores. Da responsabilidade da NHC (Social) ficarão apenas as intervenções estruturais como infiltrações ou ruturas de canalizações;
- ✓ A vistoria regular do património edificado como forma de prevenção de degradação e de aumento de despesas;

3. A educação, aposta de futuro

Em Setembro de 2014 concretizou-se a entrada em funcionamento de mais um equipamento educativo da NHC (Social) – a Creche José Mateus, sita nos Olivais.

Construída pelo Município de Lisboa ao abrigo do Programa B-a-Bá e entregue à NHC(Social), por concurso público, para gestão e funcionamento, a Creche tem atravessado algumas dificuldades decorrentes da falta de resposta atempada do Instituto de Segurança Social, apesar de a candidatura para celebração de um Acordo de Cooperação ter sido entregue em Fevereiro.



Esta situação tem exigido um esforço suplementar grande por parte das famílias e da própria NHC (Social) e tem obstado a que um número significativo de crianças se veja impedido de a frequentar, por impossibilidade de resposta financeira dos agregados familiares. Neste momento e perante os compromissos assumidos e as receitas asseguradas (provenientes exclusivamente dos encarregados de educação) a Creche representa, nas contas globais da Cooperativa, um prejuízo anual estimado de cerca de trinta mil euros.

Apesar de termos em nosso poder uma resposta escrita favorável à celebração do Acordo de Cooperação, por parte da Segurança Social, a inexistência de fundos viabilizadores da sua concretização, obrigou-nos a um reforço da candidatura no início do ano de 2015. Aguardamos resposta positiva, caso contrário seremos obrigados a equacionar, contra a nossa vontade, abdicar de continuar esta actividade.

A Creche está a funcionar com berçário – 10 crianças – e uma sala mista de 16 crianças -1/2 anos. Logo que recebida uma resposta favorável por parte da Segurança Social, a sala mista será desdobrada em sala de 1 ano – 14 crianças – e sala de 2 anos – 18 crianças. Serão então integradas todas as crianças já matriculadas e em espera.

Paralelamente mantemos em funcionamento o Jardim-de-infância de S. João da Talha, como motivação à aprendizagem e apoio à concretização da escolaridade básica; De referir que este equipamento se constitui como uma verdadeira aposta na integração social da comunidade cigana de S. João da Talha, já que acreditamos que só a formação e o conhecimento poderão contribuir para a emancipação e autonomia dos cidadãos, ao fornecerem-lhe ferramentas que lhes darão acesso ao emprego e à autonomia.

Pela nobreza dos propósitos mantemos este Jardim-de-infância em funcionamento, complementando as únicas receitas que provêm da Segurança Social ao abrigo do protocolo com ela celebrado, com recursos da própria NHC (Social) e bens e produtos provenientes do Banco de Bens Doados e do Banco Alimentar. Aguardamos, contudo, uma resposta do Município de Loures relativamente a um apoio extra ao seu funcionamento já que os encargos com o pessoal, refeições, materiais educativos e manutenção da sala, se têm mostrado difíceis de suportar financeiramente, sem o apoio das famílias.

4. Actividade financeira

A NHC (Social) encerrou o exercício de 2014 com um resultado positivo de 50.473,44€, fruto de uma muito apertada gestão de recursos e de um valor significativo de correcções relativas a exercícios anteriores, nomeadamente 2010 e 2011, num montante de 31.112,00€. Foi necessário registar “perdas por imparidades” para processos judiciais em curso contra devedores de obras de reabilitação em Marrazes, no valor de 30.541,84€ e ainda um valor de

imparidades relativas a rendas não pagas por inquilinos e objecto de acções de despejo já executadas, ou em curso, no montante de 31.937,20€.

Os Capitais Próprios ascendem a 8.566.856,34€.

O valor do Activo totaliza 10.533.146,30€, o que determina um rácio de autonomia financeira de 81,33%.

5. Aplicação de Resultados

A Direcção propõe que o Resultado Líquido de 2014, no valor de 50.473,44€ (cinquenta mil quatrocentos e setenta e três euros e quarenta e quatro cêntimos), seja transferido na totalidade para a conta de Resultados Transitados.

Lisboa, 29 de Março de 2015

A DIRECÇÃO



ANTÓNIO SILVA GUILHERME

all interest terminated

BALANÇO INDIVIDUAL

Dez-14

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS		NOTAS	Montantes expressos em EURO	
			PERÍODOS	
			2014	2013
ACTIVO				
Activo não corrente:				
Activos fixos tangíveis.....			170.101,86	173.841,07
Propriedades de investimento.....			10.240.238,44	10.258.539,67
Goodwill.....				
Activos intangíveis.....				
Activos biológicos.....				
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial.....				
Participações financeiras - outros métodos.....			500,00	500,00
Accionistas/sócios.....				
Outros activos financeiros.....			85,08	
Activos por impostos diferidos.....				
			10.410.925,38	10.432.880,74
Activo corrente:				
Inventários.....				
Activos biológicos.....				
Clientes.....			24.581,80	51.017,53
Adiantamentos a fornecedores.....				
Estado e outros entes públicos.....			165,11	136,92
Accionistas/sócios.....				
Outras contas a receber.....			70.534,81	
Diferimentos.....				
Activos financeiros detidos para negociação.....				
Outros activos financeiros.....				
Activos não correntes detidos para venda.....				
Caixa e depósitos bancários.....			26.939,20	30.789,95
			122.220,92	81.944,40
Total do Activo			10.533.146,30	10.514.825,14
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
Capital próprio:				
Capital realizado.....			2.000,00	2.000,00
Acções (quotas) próprias.....				
Outros instrumentos de capital próprio.....				
Prémios de emissão.....				
Reservas legais.....			5.050,00	3.200,00
Outras reservas.....			16.450,00	14.014,98
Resultados transitados.....			7.016.186,90	6.943.650,70
Ajustamentos em activos financeiros.....				
Excedentes de revalorização.....				
Outras variações no capital próprio.....			1.476.696,00	1.476.696,00
			8.516.382,90	8.439.561,68
Resultado líquido do período.....			50.473,44	36.025,55
			8.566.856,34	8.475.587,23
Interesses minoritários.....				
Total do capital próprio			8.566.856,34	8.475.587,23
Passivo				
Passivo não corrente:				
Provisões.....				
Financiamentos obtidos.....			1.594.045,41	1.640.637,11
Responsabilidades por benefícios pós-emprego.....				
Passivos por impostos diferidos.....				
Outras contas a pagar.....				
			1.594.045,41	1.640.637,11
Passivo corrente:				
Fornecedores.....			165.473,32	236.837,94
Adiantamentos de clientes.....				
Estado e outros entes públicos.....			4.436,72	5.407,28
Accionistas/sócios.....				
Financiamentos obtidos.....				
Outras contas a pagar.....			163.890,46	123.518,43
Diferimentos.....			38.444,05	32.837,15
Passivos financeiros detidos para negociação.....				
Outros passivos financeiros.....				
Passivos não correntes detidos para venda.....				
			372.244,55	398.600,80
Total do passivo			1.966.289,96	2.039.237,91
Total do Capital Próprio e do Passivo			10.533.146,30	10.514.825,14

Luca Swickard
Tce 33963

SM
John

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Dezembro 2014

Montantes expressos em EURO

Montantes expressos em EUR

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2014	2013
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados.....		212.843,12	193.647,19
Subsídios à exploração.....		158.545,25	131.027,89
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos....			
Variação nos inventários da produção.....			
Trabalhos para a própria entidade.....			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.....			
Fornecimentos e serviços externos.....		(119.902,58)	(105.170,95)
Gastos com o pessoal.....		(157.459,15)	(134.675,94)
Imparidade de inventários (perdas/reversões).....			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões).....		(62.479,04)	(27.508,61)
Provisões (aumentos/reduções).....			
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões).....			
Aumentos/reduções de justo valor.....			
Outros rendimentos e ganhos.....		50.160,66	33.111,77
Outros gastos e perdas.....		(5.226,93)	(18.955,55)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		76.481,33	71.475,80
Gastos/reversões de depreciação e de amortização.....		(2.350,52)	(5.356,99)
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões).....			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		74.130,81	66.118,81
Juros e rendimentos similares obtidos.....			
Juros e gastos similares suportados.....		(23.657,37)	(30.093,26)
Resultado antes de impostos		50.473,44	36.025,55
Imposto sobre o rendimento do período.....			
Resultado líquido do período		50.473,44	36.025,55

Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no RL Exercício			
---	--	--	--

Resultado líquido do período atribuível a: *			
Detentores do capital da empresa-mãe.....			
Interesses minoritários.....			
Resultado por acção básico.....			

* - Esta informação apenas será fornecida no caso de contas consolidadas

Luís Pinheiro
Tce 33963

[Signature]
[Signature]

NHC (SOCIAL) - COOPERATIVA DE SOLIDARIEDADE CRL

Anexo às Demonstrações Financeiras para o período findo a 31 de Dezembro de 2014

1. Identificação da Entidade

A NHC (Social) – Cooperativa de Solidariedade, CRL é uma Cooperativa de solidariedade que se insere no ramo da solidariedade social no sector cooperativo. Tem sede na Rua Fernando Maurício, 37 B, em Lisboa.

A Cooperativa encontra-se matriculada na Conservatória do Registo Comercial com o nº 504391178 e tem um Capital Social mínimo de 2 500€.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) previstas pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-lei n.º 158/2009 de 13 de Julho com as rectificações da Declaração de Rectificação n.º 67-B/2009 de 11 de Setembro e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010 de 23 de Agosto.

Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham tido efeitos nas demonstrações financeiras e na imagem verdadeira e apropriada do activo, passivo e dos resultados da entidade.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo de descrevem, as quais foram consistentes ao longo do exercício de 2014.

Continuidade:

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de que a entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não existe nem a intenção, nem a necessidade de liquidar ou de reduzir drasticamente o nível das suas operações.

Activos fixos tangíveis:

Os activos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo da compra e quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades

✱
✱
SSA
Jaluz

necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

As depreciações são calculadas de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

O ganho ou a perda resultante da alienação ou abate de um activo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e o valor líquido contabilístico do activo, sendo reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação ou abate.

Propriedades de investimento:

As propriedades de investimento compreendem, essencialmente, imóveis detidos para obter rendas ou valorizações do capital (ou ambos), não se destinando ao uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para fins administrativos ou para venda no curso ordinário dos negócios.

As propriedades de investimento são inicialmente mensuradas ao custo (que inclui custos de transacção), subsequentemente, as propriedades de investimento são mensuradas de acordo com o justo valor.

Os custos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos como um gasto no período a que se referem. As beneficiações ou benfeitorias em propriedades de investimento relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais para além do inicialmente estimado são capitalizadas.

Activos e passivos financeiros:

- a) *Clientes e valores a receber* – as contas de “Clientes” e “Outros valores a receber” não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas na rubrica “Perdas de imparidade acumuladas”, por forma a que as mesmas reflectam o seu realizável líquido.
- b) *Fornecedores e outras contas a pagar* – As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

Rédito:

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber, sem consideração dos efeitos de impostos dedutíveis, desde que o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade e for provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a entidade, com as seguintes especificações:

a) Prestação de serviços: o rédito é reconhecido com referência à fase de acabamento da transacção à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- i. Os custos incorridos ou a incorrer com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade;
- ii. A fase de acabamento da transacção à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

b) Juros: o rédito é reconhecido pelo valor bruto (antes de retenções de impostos), utilizando o método do juro efectivo, e inclui a quantia de amortização de qualquer desconto, prémio ou outra diferença entre a quantia inicial escriturada da dívida e a sua quantia na maturidade.

Estimativas e pressupostos:

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transacções em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva.

4. Activos Fixos Tangíveis

Durante o exercício de 2014 houve uma aquisição de activos fixos tangíveis e uma alienação. Foi adquirida uma fotocopiadora TOSHIBA E-STUDIO 2050, no valor de 3.075,21€. Foi alienado o veículo ligeiro de passageiros, 89-LH-64, que juntamente com o KIT GPL, adquirido em 2013, estava registado nos activos pelo valor de 11.128,21€.

As depreciações do exercício, no montante de 2.350,52€, foram registadas na rubrica "Gastos de depreciações e amortizações".

5. Propriedades de Investimento

A conta "Propriedades de investimento" teve um incremento de 40.795,67€, pela inclusão da fracção sita no R/C Esq., bloco 19, do Bairro Sá Carneiro, em Leiria, conforme acordo assinado em 2009 com o proprietário à altura.



A conta teve um abatimento no valor de 59.096,90 devido a obras efectuadas em condomínios do Bairro Sá Carneiro, que não pertencem à NHC Social e que tinham sido registados nesta conta.

6. Clientes

A rubrica "Clientes" registou ao longo do ano todo o movimento ocorrido nas contas correntes dos mesmos.

Foram recuperados créditos registados na rubrica "Perdas por imparidades acumuladas", no valor de 2.083,83€.

Aquando do encerramento das contas foi transferido para a rubrica "Perdas por imparidade acumuladas" o montante de 31.937,20€, por existirem dúvidas quanto ao recebimento destes créditos.

7. Outras Contas a Receber e a Pagar

A rubrica "Outras Contas a Receber e a Pagar" registou ao longo do ano todo o movimento ocorrido nas contas correntes de outros devedores e credores.

Aquando do encerramento das contas foi transferido para a rubrica "Perdas por imparidade acumuladas" o montante de 30.541,84, por existirem dúvidas quanto ao recebimento do valor dos empréstimos efectuados a José Viveiros, Manuel Recacho e Alcina Osório.

8. Financiamentos Obtidos

Nos financiamentos obtidos a conta 258205 - IHRU 2011.12.0372.2.00.0 foi saldada pelo valor de 24.383,02, pois houve uma regularização de juros que tinham sido indevidamente lançados pelo IHRU. A conta foi saldada por contrapartida da conta 7881 – Correcções relativas a exercícios anteriores.

9. Prestações de Serviços

O valor das prestações de serviços foi em 2014:

- Rendas	– 194.509,84€
- Creche	– 18.333,28€

10. Subsídios à Exploração

O montante registado divide-se da seguinte forma, por entidades:

- ISS	- 43.893,36€
- Câmara Municipal de Odivelas	- 47.449,68€
- Programa Escolhas	- 63.429,23€
- IEFP	- 3.772,98€

11. Capital Social

A 31 de Dezembro de 2014 o capital era composto por 5 quotas de valor igual, 500.00€, pertencentes a: Albertina Mateus, Manuel Tereso, Jorge Guilherme, NOVACOOP e António Júlio Coelho. Todo o capital se encontrava subscrito e apenas a quota de António Júlio Coelho não estava realizada.

12. Reservas Legais

A legislação em vigor estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, assim sendo em 2014 o montante da reserva legal deve ser de pelo menos 2.523,67€.

Jorge Guilherme
Tce 33963

4
SSM
Júlio

- RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL -

- Exercício de 2014 -

Senhores Cooperadores,

1. No cumprimento das disposições legais e do Contrato Social o Conselho Fiscal da «NHC SOCIAL - Cooperativa de Solidariedade Social, CRL.», no exercício das suas competências, e após ter procedido à análise do Balanço, da Demonstração dos Resultados e dos demais elementos de prestação de contas preparados pela Direcção, que acompanhavam o Relatório de Actividades relativo ao exercício de 2014, vem apresentar o seu Relatório sobre a acção fiscalizadora desenvolvida e dar parecer sobre esses mesmos documentos de prestação de contas.
2. Com a periodicidade que julgou conveniente, o Conselho Fiscal manteve o acompanhamento da actividade através dos contactos estabelecidos com a Direcção e da análise da documentação contabilística e dos seus elementos de suporte. Foram verificadas em particular as operações contabilísticas referentes ao apuramento dos resultados do exercício.

No seu Relatório de Gestão a Direcção dá conta da forma como se processou a actividade da Cooperativa no decorrer do exercício.

3. Face ao anteriormente exposto, o Conselho Fiscal é de

PARECER

- a) que sejam aprovados o Relatório de Gestão e as Contas do Exercício de 2014, apresentados pela Direcção;
- b) que a proposta de aplicação do Resultado Líquido do exercício de 50.473 euros, apresentada pela Direcção, seja aprovada.

Lisboa, 29 de Março de 2015

O PRESIDENTE DO CONSELHO FISCAL



(José Fernando Rocha Pinto da Silva)



CERTIFICAÇÃO DAS CONTAS

Exercício de 2014

1. No decorrer do exercício de 2014 a «NHC SOCIAL - Cooperativa de Solidariedade Social, CRL.» foi objecto de revisão de contas, traduzida no acompanhamento da actividade da Cooperativa ao longo do exercício, o que nos permite, e em complemento ao Relatório interno elaborado, emitir o presente.

RELATÓRIO

2. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da «NHC SOCIAL - Cooperativa de Solidariedade Social, CRL.», as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2014, a Demonstração dos Resultados do exercício findo naquela data por naturezas e por funções e o correspondente Anexo, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa, documentos que evidenciam um total de Balanço de 10.533.146 euros e um total de capital próprio de 8.566.856 euros, incluindo um resultado líquido de 50.476 euros.
3. É da responsabilidade da Direcção da Cooperativa a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Cooperativa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de critérios e políticas contabilísticas adequadas e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
4. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas e as Directrizes Técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm, ou contêm, distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Direcção da Cooperativa, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras;
 - a apreciação da adequação das políticas contabilísticas adoptadas e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, e da aplicabilidade, ou não, do princípio da continuidade;



RSM Patrício, Moreira & Valente

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

- a apreciação de ser adequada a apresentação das demonstrações financeiras.
7. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião sobre aquelas demonstrações financeiras.
 8. Em nossa opinião as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da «NHC SOCIAL - Cooperativa de Solidariedade Social, CRL.» em 31 de Dezembro de 2014 e o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.
 9. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de actividades é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.
 10. Sem afectar a opinião expressa no ponto 8, chama-se a atenção para o facto da Cooperativa, à semelhança da orientação seguida em exercícios anteriores, não estar a depreciar os Edifícios e Outras Propriedades de Investimento da NHC (Social) apresentados em Balanço pelo valor líquido de 8.011.168 euros. A Direcção justifica esta opção com o facto do valor global dos imóveis em causa apresentarem, de acordo com os cálculos efectuados tendo por base o valor por metro quadrado apresentado pela Portaria nº 79/2013, com remissão do nº 2 do artigo 5º do Decreto-Lei nº 141/88, ser superior ao valor registado contabilisticamente.

Lisboa, 29 de Março de 2015

Joaquim Patrício da Silva

(ROC n.º 320)

em representação de

PATRÍCIO, MOREIRA, VALENTE E ASSOCIADOS

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, n.º 21